

Entre a costa norte-sul e o Maranhão: A Estrada Velha no processo de expansão das conquistas portuguesa para a costa-leste oeste no início do século XVII¹

Entre la costa norte-sur y el Maranhão: El Camino Viejo en el proceso de expansión de las conquistas portuguesas hacia la costa este-oeste en el siglo XVII

Gabriel Parente Nogueira¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir o processo de conquista da costa leste-oeste no século XVII tendo como referência de análise a constituição do caminho por terra que ligava a costa norte-sul à costa leste-oeste, denominado na historiografia como “Estrada Velha”. Entre outros aspectos buscamos destacar a relevância de três regiões (Jaguaribe, Ceará e Ibiapaba) dispostas ao longo do trecho costeiro que se estende entre Natal e São Luís, que se configuraram como zonas de destaque nas ações de conquista da costa leste-oeste desenvolvidas por agentes europeus durante o século XVII. Destacaremos alguns dos aspectos que conferiam relevância às três regiões indicadas, ressaltando, para além de elementos de caráter físico que favoreceram ao desenvolvimento de ações nestas áreas (como a presença de portos naturais), a importância da presença de grupos indígenas pertencentes à matriz tupi nestas três regiões, em meio à estratégia de expansão das conquistas portuguesas por meio de forças que, partindo do litoral de Pernambuco e capitânias vizinhas situadas na costa norte-sul, foram responsáveis pela incorporação de territórios da costa leste-oeste aos domínios portugueses no início do século XVII.

Palavras-chave: Costa leste-oeste; Estrada Velha; povos tupis.

RESUMEN: Este artículo tiene por objeto discutir el proceso de conquista de la costa este-oeste en el siglo XVII para el cual se toma como referencia analítica la constitución del camino por tierra que conectaba la costa norte-sur con la costa este-oeste. A esse camino se le denomina de "Camino viejo" en la historiografía. Entre otros aspectos, se busca destacar la presencia de tres regiones (Jaguaribe, Ceará y Ibiapaba) ubicadas a lo largo del tramo entre el litoral de Natal y São Luís, que se constituyeron en áreas importantes en la conquista de la costa este-oeste desarrollada por agentes europeos durante el siglo XVII. Se destacan también algunos de los aspectos que conferían relevancia a las tres regiones indicadas, y se resalta aún, además de elementos de carácter físico que favorecieron el desarrollo de acciones en estas áreas (como la presencia de puertos naturales), la importancia de la presencia de grupos indígenas pertenecientes a la matriz tupi en estas tres regiones, a través de la estrategia de expansión de las conquistas portuguesas por las fuerzas que, originarias del litoral de Pernambuco y capitánías vecinas ubicadas en la costa norte-sur, fueron responsables por la incorporación de las tierras de la costa este-oeste al territorio portugués a principios del siglo XVII.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: parentenogueira@gmail.com

Palabras clave: Costa este-oeste; Camino Viejo; pueblos tupis*A Estrada Velha: prolongamento da Estrada Geral de Pernambuco na costa leste-oeste*

Vetor que serviu de base para o processo de expansão e consolidação das conquistas portuguesas ao norte da capitania de Itamaracá – que até o final do século XVI correspondia ao extremo setentrional das conquistas portuguesas na América – a Estrada Geral de Pernambuco configurava-se como o caminho por terra que conectava a Pernambuco um conjunto de pontos dispersos, situados na zona costeira ou próximos a ela, que entre o final do século XVI e início do XVII, foram conquistados de forma efetiva ou efêmera pelas forças, luso-brasílicas², ao longo do vasto litoral que se estende entre o rio Paraíba e a ilha de São Luis, correspondendo, durante grande parte do século XVII, à única via de comunicação terrestre para os colonizadores portugueses entre as capitanias de Pernambuco e do Maranhão, capitania esta cuja conquista pelas forças luso-brasílicas no início do século XVII correspondeu a uma das principais bases para a constituição da dita estrada³.

Para além de um eixo que conectava alguns núcleos de ocupação dispersos ao longo do vasto litoral indicado, a Estrada Geral de Pernambuco correspondeu, também, a uma importante referência na organização do processo de interiorização dos domínios portugueses nos sertões da América por meio da conquista de parte dos sertões das ribeiras que deságuam entre o delta do Paraíba e os baixos de São Roque que se deram entre o final do século XVII e o início do século XVIII, pois a Estrada Geral de Pernambuco corresponde ao arco central do qual partiu o processo de interiorização da conquista dos chamados “sertões de fora”, expressão adotada por Capistrano de Abreu para denominar o conjunto de frentes de interiorização das conquistas portuguesas que se deram pela expansão da pecuária que partiu de núcleos situados em Pernambuco e capitanias vizinhas.⁴

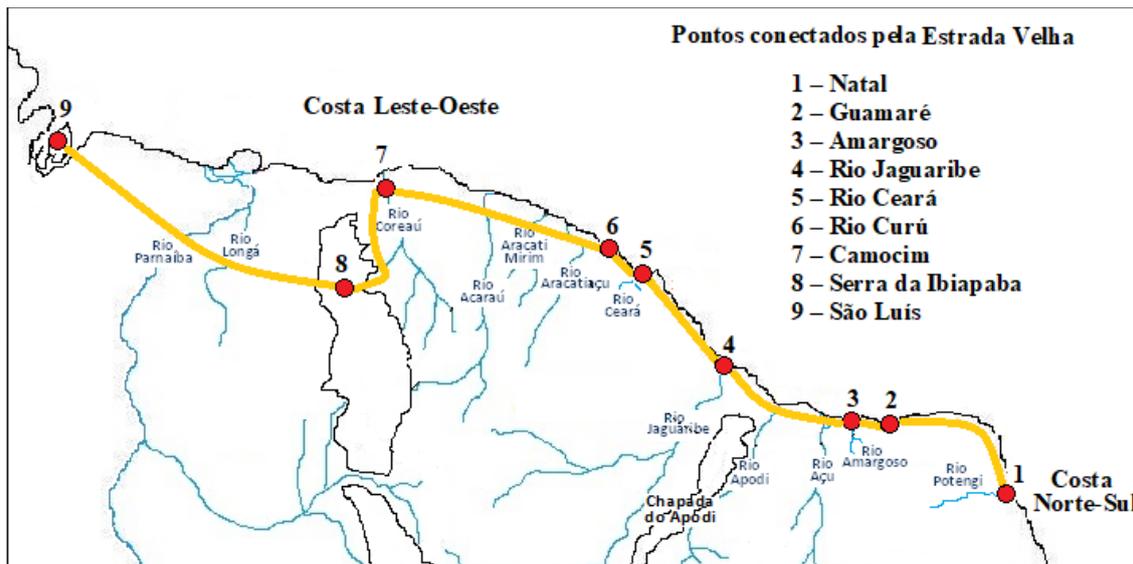
Conhecida na historiografia cearense como “Estrada Velha” – denominação que reflete uma relação a *posteriori* com as demais estradas que cruzavam os sertões da capitania do Siará Grande e que se constituíram ao longo do processo de interiorização da conquista promovida entre o final do XVII e início do XVIII por meio da chamada “Guerra dos Bárbaros”⁵ – a Estrada Geral de Pernambuco teve nas proximidades do rio Ceará a principal base de ocupação europeia no século XVII ao longo da vasta zona costeira situada entre a cidade de Natal (núcleo de ocupação de destaque mais setentrional da costa norte-sul) e o Maranhão, que ao longo do processo de expansão portuguesa para a costa leste-oeste, configurava-se como um dos principais objetivos a ser alcançado. Acerca do

curso da Estrada Geral de Pernambuco situado no trecho entre Natal e São Luís (trecho doravante denominado como “*Estrada Velha*”)⁶, Carlos Studart Filho nos indica que no início do século XVII:

(...) alongava-se pela orla litorânea, apresilhando, desde 1611, o fortim de S. Sebastião⁷ aos mais civilizados centros do nordeste brasileiro. (...) Transpondo o Jaguaribe pouco acima de sua foz, a velha estrada demandava Natal, passando em Amargoso e Guamoré, nas costas de Macau; depois (...) Até 1625, ela não chegava ainda à Ilha de S. Luís. Nas praias de Lençóis, a meio caminho entre a ilha e o forte de S. Sebastião, viviam os Tremembés, tapuias exímios nas emboscadas e cujas terras não se atravessava então impunemente. Nos primórdios da Conquista do meio norte, ia-se ao Maranhão, e regiões adjacentes pelas rechans da Ibiapaba(...) Entre a serra e as costas do Maranhão existiam ligações constantes e mais ou menos fáceis, conhecidas já dos franceses no século XVI. (STUDART FILHO, 1937, pp.15-17)

Não sendo propriamente uma estrada, mas uma rota formada pela conexão de alguns pontos com um percurso não necessariamente regular, e que em grande parte se fazia margeando o litoral, conectando por terra alguns pontos ao longo da costa ou próximos a ela, a Estrada Velha corresponde a um roteiro constituído ao longo de um processo de expansão ocorrido no início do século XVII, visando, após a conquista do Maranhão (uma das motivações para sua constituição), a manutenção de um eixo de comunicação entre a recente conquista e os demais núcleos de ocupação portugueses situados na porção norte da costa norte-sul como as cidades de Natal, Filipeia e Olinda. Sua constituição foi marcada, entre outros aspectos, pela promoção de guerras e embates contra povos nativos hostis – em muitos casos associados e apoiados por outros povos europeus (sobretudo franceses) que atuaram nestas costas promovendo um comércio de escambo com nativos da região – mas, sobretudo, pela busca na promoção de alianças com alguns grupos nativos que visava, entre outros aspectos, garantir a fixação de núcleos de ocupação portugueses e o apoio para a promoção do avanço do processo de expansão que (visto em conjunto, partindo dos núcleos açucareiros do litoral de Pernambuco rumo ao norte) foi responsável pela conquista, em pouco mais de três décadas, de pontos importantes ao longo da vasta costa que se estende da foz do rio Paraíba (cujo processo de conquista inicia-se em 1584) ao Amazonas (fundação de Belém em 1616). Com a conquista em 1599 do Rio Grande, o núcleo de destaque mais setentrional dos domínios portugueses na costa norte-sul, o processo de expansão se voltou, no início do século XVII, para a conquista da costa leste-oeste.

Figura 01: A Estrada Velha⁸



Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Assim como as conquistas da Paraíba e do Rio Grande – que se configuram como a fase inicial deste grande processo de expansão dos limites das conquistas portuguesas rumo ao norte – tiveram na presença francesa em suas respectivas costas uma ameaça que se configurou como uma das principais causas a motivarem a expansão portuguesa para a região, a sequência desta expansão rumo à costa leste-oeste teve na frequência de embarcações estrangeiras em alguns pontos do litoral (sobretudo a ameaça de ocupação francesa do Maranhão no início do século XVII) uma de suas principais motivações. Diogo de Campos Moreno referindo-se em 1614 à região do rio Ceará como um dos pontos frequentados por corsários que pela costa leste-oeste passavam, muitas vezes com destino às Antilhas, e visando a manutenção daquele posto recentemente reocupado pelas forças portuguesas por meio da construção do fortim de São Sebastião, dizia, acerca das relações que se deveriam manter com os nativos locais, que sendo o Ceará: “(...) escala de tantos cossários,[sic] importa terem freio, [aos índios] porque lhes dão âmbar, algodão, pau-cutiara e outros, e pimenta da terra, e fumo e comida, e água, com que se refazendo caminham às Índias, ou donde querem”(MORENO, 2001, p.49). É dentro deste contexto, de ameaça de ocupação do território por franceses e outros povos europeus que se dão as primeiras incursões que, partindo de núcleos da própria colônia situados na porção setentrional da costa norte-sul, expandiram as conquistas portuguesas para costa-leste oeste no início do XVII.⁹

Longe de ser apenas um prolongamento do litoral em sentido diverso do da costa norte-sul – onde se efetivaram as ações de colonização portuguesa nas costas da América até o fim do século XVI – a costa leste-oeste apresentava aspectos extremamente desafiadores a comunicação marítima

entre estas duas costas na era da navegação à vela. A mudança no sentido da costa, que se observa entre o cabo e os baixos de São Roque (no atual estado do Rio Grande do Norte) representam também a mudança no regime de ventos e correntes, aspecto que dificultava a navegação no sentido costa leste-oeste – costa norte-sul feito em direção contrária ao regime da corrente das Guianas que exerce influência sobre costa leste-oeste. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, a influência que a diferença no regime de ventos e correntes exercia na navegação entre as duas costa foi elemento essencial para a criação, no início do século XVII, do Estado do Maranhão, unidade política distinta e apartada do Estado do Brasil. Segundo o autor:

Por causa do sistema de ventos, das correntes e do comércio, predominantes no Atlântico sul até o final do século XVII, e mesmo depois desta data, a costa Leste-Oeste (a Amazônia propriamente dita, o Pará, o Maranhão, o Piauí e o Ceará) permanece dissociada do miolo negreiro do Brasil, enquanto Angola se agrega fortemente a ele. Longe de qualquer devaneio da burocracia reinol, a criação do Estado do Grão Pará e Maranhão decidida em 1621, com um governo separado do Estado do Brasil, responde perfeitamente ao quadro da geografia comercial da época da navegação à vela.(ALENCASTRO, 2001, p.20)

Em relatos produzidos no século XVII, era recorrente a referência às dificuldades de comunicação por mar entre as duas costas. Dizia Diogo de Campos Moreno que quando a armada da Jornada do Maranhão, por ele comandada, passou, no dia 24 de agosto de 1614 pela Baía da Traição – na viagem que fazia do porto de Olinda com destino Natal, onde Jerônimo de Albuquerque e suas tropas a esperavam para o embarque rumo ao Ceará – encontraram: “(...) o caravelão que vinha das tartarugas [Jericoacoara], de levar a Manoel de Sousa e o já dito socorro, o qual, como parece, tinha viagem posto desde 8 de junho até 24 de agosto, em que se mostra a dificuldade com que daquelas partes se torna para barlavento.” (MORENO, 2001, pp.43-44) Ao mencionar o caso de uma embarcação enviada de São Luís para Camocim em fevereiro de 1656, com soldados para a construção de uma fortificação no local e um religioso para missionar junto aos índios da serra da Ibiapaba, o Padre Antônio Vieira relata que: “(...) a sumaca em que ia o Padre e os soldados para o Camuci,[sic] tendo gastado cinquenta dias em montar só até o rio das Preguiças, que he viagem que desfizerão em doze horas.”(VIEIRA, 1904, pp.97-98)

O caso da sumaca que partira de São Luís para o Camocim relatado por Vieira, onde o esforço de navegação feito ao longo de 50 dias se desfez em somente 12 horas ao decidirem retornar a São Luís, nos indica, contudo, que, se difícil se apresentava a navegação a barlavento na costa leste-oeste, a navegação a sotavento era das mais rápidas. Se Diogo de Campos Moreno ressaltava a dificuldade de navegação a barlavento, ao indicar que o caravelão com o qual a armada da Jornada do Maranhão cruzara durante a passagem pela baía da Traição levava mais de dois meses e meio para alcançar a dita baía tendo partido de Jericoacoara, o trecho feito pela dita armada entre Natal e Iguape (enseada situada a leste, mas próxima, à enseada do Mucuripe e ao rio Ceará) foi percorrido em

somente dois dias (MORENO,2001). Matias Beck, comandante da segunda ocupação do Ceará pelas forças da Cia. das Índias Ocidentais Neerlandesas, partindo de Ponta Negra (enseada um pouco ao sul do rio Potengi) no dia 30 de março de 1649 chegou ao Mucuripe (enseada um pouco a leste do rio Ceará) em 03 de abril de 1649 (BECK, 1967). As dificuldades na navegação entre estas duas costas, conforme dão conta os relatos acima apresentados, tornavam, nessa medida, estratégico para a conquista e manutenção dos territórios da costa leste-oeste o domínio de determinados pontos nesta costa para o controle de um caminho que por terra (mesmo que em parte associado à navegação) viesse a conectar o Maranhão, que no século XVII correspondia ao principal centro de interesses das ações portuguesas na costa leste-oeste, aos núcleos mais antigos de ocupação da costa norte-sul.

As primeiras ações que tiveram por objetivo o desenvolvimento da colonização da costa leste-oeste no início do século XVII, já esboçam o traçado da Estrada Velha na conexão de determinados espaços que perdurou ao longo do século. Tais ações correspondem às experiências de Pero Coelho de Sousa e dos padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, ambas ocorridas na primeira década do século XVII. Tendo recebido carta patente do Governador Geral Diogo Botelho para explorar as terras da costa leste-oeste até o Maranhão, Pero Coelho de Sousa partiu no ano de 1603 da Paraíba, onde residia, em uma expedição da qual se tem referência de que por terra passou pelo rio Jaguaribe, onde teria levantado uma pequena fortificação (fortim de São Lourenço) e pelo rio Ceará, travando relações com os índios locais no trecho entre estes dois rios e prosseguindo rumo a serra da Ibiapaba, onde entrou em conflito com os índios tabajara dos quais cativou alguns prendendo também alguns franceses a eles aliados, chegando a atingir o rio Parnaíba de onde não prosseguiu em razão de conflitos entre membros de sua tropa, o que lhe fez retornar ao rio Ceará, levantando à sua margem direita uma pequena fortificação (fortim de São Tiago) onde deixou uma guarnição quando partiu em busca de reforços junto ao Governador Geral para que assim pudesse dar sequência a suas ações, entregando ao dito Governador os franceses que prendera e alguns dos índios apreendidos na Ibiapaba como escravos. Ao retornar em 1605, desta vez acompanhado de sua família, ao fortim de São Tiago no rio Ceará, de onde aguardaria os reforços prometidos pelo Governador Geral, a região vivenciava uma grave estiagem que, após deserções de parte de suas tropas e sem o devido envio dos reforços por parte do Governador Geral, o obrigou a recuar para o rio Jaguaribe (local mais próximo à costa norte-sul) de onde tencionava esperar pelos reforços que por fim não chegaram. Em razão das agruras pelas quais passaram, retornou por terra à Natal, e daí para a Paraíba, em uma penosa travessia na qual perdeu um de seus filhos.

A segunda experiência, esta de caráter missionário, foi levada a cabo por dois religiosos jesuítas com a intenção de catequizar os índios tupis da nação tabajara estabelecidos na Ibiapaba, com os quais Pero Coelho de Sousa entrara em conflito em sua passagem pela serra. A missão junto aos tabajara da serra serviria como uma base para o avanço do processo missionário junto a grupos

índigenas no Maranhão. Partindo por mar no ano de 1607 – em um barco que visava fazer a torna viagem com sal a ser carregado em alguma das salinas existentes no trecho costeiro situado entre Guamaré e o Rio Apodi já conhecidas dos portugueses a esta época – os padres Francisco Pinto e Luis Figueira desembarcaram no rio Jaguaribe. Nesta viagem foram acompanhados de alguns dos índios que haviam sido aprisionados por Pero Coelho, na intenção de assim demonstrarem aos tabajara que vinham em paz, em busca de com eles estabelecer amizade. Percorreram por terra a costa entre o Jaguaribe e a enseada do Pará (à margem direita do rio Curú situado a oeste do rio Ceará) buscando estabelecer contato com indígenas locais ao longo deste trajeto. Conforme indicou o Padre Luís Figueira, no relato que fez de suas ações na região, o trecho da costa entre o rio Jaguaribe e a enseada do Pará, seria ocupada por povos por ele identificados como “jaguariguaras”¹⁰. Da enseada do Pará, os padres adentraram ao sertão, demandando a Serra da Ibiapaba por um caminho ao longo do qual atravessaram a Serra de Uruburetama. Após alguns meses missionando junto aos índios da Ibiapaba, a missão dos padres foi atacada por índios tocarijú no início de 1608. Neste ataque morreu o Padre Francisco Pinto, fugindo o padre Luís Figueira com a ajuda de alguns índios até uma aldeia no rio Ceará, de onde retornou por mar a Natal.¹¹

Já nas duas primeiras tentativas de expansão para a costa leste-oeste no início do século XVII, percebe-se que ao longo do trecho costeiro ou próximo à costa – onde se restringiram as ações da agência de portugueses ou europeus de outras nacionalidades durante quase todo o século – três regiões destacavam-se como pontos de referência nas ações desenvolvidas no trecho costeiro situado entre Natal e o Maranhão, bases, portanto, a serem conectadas pelo eixo que, por terra, ligaria Natal a São Luís, sendo elas as regiões do Jaguaribe, Ceará e Ibiapaba¹²; destaque este que se reafirma nas ações que posteriormente se desenvolveram neste trecho da costa leste-oeste ao longo de grande parte do século XVII, fossem elas levadas a cabo por agentes luso-brasílicos, ou mesmo neerlandeses, durante o período de domínio da Cia. das Índias Ocidentais Neerlandesa entre as décadas de 1630 e 1650. Dispostas ao longo do litoral situado entre Natal e São Luís, estas três regiões se mostravam relevantes para a consecução, entre outros objetivos, da manutenção de um caminho por terra e (bases na costa) que ligasse o Maranhão aos núcleos portugueses estabelecidos na costa norte-sul.

Nossa abordagem, a seguir, terá por objetivo desenvolver uma análise acerca do processo de constituição deste trecho da Estrada Geral de Pernambuco (a que denominamos como Estrada Velha), ao longo dos primeiros anos do século XVII. Por entendermos que o espaço corresponde a uma construção de caráter social, que é produzido e reformulado a partir das ações desenvolvidas sobre um dado território por agentes social e historicamente constituídos, entendemos que a Estrada Velha, formava-se não propriamente a partir de uma conexão física entre as regiões por ela interligadas ao longo de seu curso, mas como produto das interações geradas a partir da ação dos agentes que participaram das frentes de expansão portuguesas sobre a costa leste-oeste com uma

variada gama de sujeitos que viviam e atuavam no território em questão. A Estrada Velha, portanto, não é aqui entendida a partir de sua dimensão enquanto uma rota formada a partir da conexão de pontos no território, mas como um produto da agência de expansão portuguesa rumo à costa leste-oeste constituída no início do século XVII e mantida ao longo do século, a partir da interação, por vezes amistosa por vezes conflituosa, entre uma variada gama de agentes sociais e que visava, em grande medida, o estabelecimento e manutenção de uma ligação por terra (e uma maior seguridade na conexão por mar) entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão.

Na sequência da discussão, buscaremos destacar, entre outros aspectos, a relevância das três regiões dispostas ao longo do trecho costeiro que se estende entre Natal e São Luís, que foram reconhecidas como importantes bases nas ações desenvolvidas por agentes que atuaram no processo de expansão e consolidação das conquistas portuguesas da costa leste-oeste no século XVII e que eram conectadas por esta dita estrada no caminho intermédio entre Natal e São Luís. Por entendermos que a constituição, manutenção ou mesmo interrupções esporádicas de trechos desta estrada se dava por meio e em decorrência das ações dos sujeitos envolvidos ao longo deste processo – como era o caso dos membros das frentes de expansão luso-brasílicas que avançavam sobre o território e um conjunto de grupos diversos de nativos que agiam, reagiam e negociavam em meio a um processo de expansão e embates promovidos não somente por parte dos membros das frentes de expansão portuguesas, mas também de franceses e neerlandeses que, neste contexto, também atuavam e avançavam sob seus territórios – buscaremos discutir também a estratégia que entendemos ter sido adotada pelas frentes de expansão portuguesas no processo de avanço sobre o território que separava o Maranhão do conjunto de núcleos de ocupação portuguesa na costa norte-sul; pois entendemos que estas ações – que tinham como ponto de partida e de referência os núcleos de ocupação portugueses na porção setentrional da costa norte-sul – tiveram por objetivo lastrear o avanço rumo ao Maranhão a partir da busca pelo estabelecimento de contatos e alianças preferenciais com grupos indígenas pertencentes à matriz tupi, com os quais os colonos portugueses possuíam um histórico de contatos e relações prévias a partir das experiências de colonização estabelecidas ao longo do processo de conquista e expansão dos domínios portugueses no litoral da costa norte-sul que antecedeu a conquista da costa leste-oeste.¹³

As regiões de Jaguaribe, Ibiapaba e Ceará: Bases espaciais para a constituição da Estrada Velha

Como forma de evitar anacronismos e visando ressaltar a historicidade dos topônimos atribuídos às regiões a serem analisadas, entende-se como importante definir o que representavam no século XVII as regiões que denominamos como Jaguaribe, Ceará e Ibiapaba que, ao longo do

processo de conquista e consolidação dos domínios portugueses na costa leste-oeste, passaram a ser conectadas pela Estrada Velha, entendida aqui como o eixo das ações de expansão e consolidação das conquistas portuguesas entre a cidade de Natal e o Maranhão no período em análise. A divisão que destacamos da costa em que se dispunham as três regiões indicadas, que atualmente corresponde basicamente a trechos pertencentes à porção norte do litoral do estado do Rio Grande do Norte e a porções do litoral do estado do Ceará ou próximas a ele, tem como referência a forma como o dito trecho costeiro era reconhecido no período pelos agentes portugueses que nele atuaram o que corresponde aos lugares aos quais os ditos agentes atribuíram destaque na conquista da região, como é o caso de Martim Soares Moreno que, ao relatar sua participação na expedição de Pero Coelho de Sousa entre 1603 e 1604, disse que: (...) logo que cheguei a Pernambuco fui com o Capitão-mor Pero Coelho de Sousa a descobrir e conquistar a província de Jaguaribe, Seara e Mel Redondo” (MORENO, 1967, p.181.)¹⁴. Soares Moreno destaca assim a maneira como a porção da costa leste-oeste situada à leste do Maranhão era então percebida e dividida pelo olhar dos agentes que, assim como ele, atuaram no processo de conquista da região. Na medida em que “Jaguaribe” e “Ibiapaba”, topônimos atribuídos a duas das três regiões, correspondem hoje em dia, respectivamente aos nomes de um rio e de uma serra, que encontram-se inseridos nos marcos geográficos do estado do Ceará (topônimo atribuído à terceira região em questão) cabe delimitarmos o que eram, e definir o que representavam, no século XVII, as três regiões destacadas (com os ditos nomes) por Martim Soares Moreno.

Como região do Jaguaribe referimo-nos não somente ao rio Jaguaribe, mas a região mais oriental da costa leste-oeste, correspondendo ao trecho que, grosso modo se estenderia entre os baixos de São Roque e o rio que confere nome à região. Durante as ações de conquista da costa leste-oeste, para além do estabelecimento de uma pequena fortificação de efêmera duração (fortim de São Lourenço) durante as ações de Pero Coelho no início do século XVII em um ponto um pouco acima da foz do rio Jaguaribe, esta dita região gozou de destaque, sobretudo pelas salinas nela existentes, conhecidas desde o século XVI e que ao menos em parte correspondiam às salinas concedidas em sesmaria no ano de 1605 por Jerônimo de Albuquerque (posteriormente alcunhado como “o Maranhão”) a seus dois filhos (Antonio e Matias de Albuquerque) em uma região indicada como situada a cerca de 40 léguas ao norte de Natal.¹⁵ As salinas desta região ganharam destaque no século XVII, sobretudo, durante o comando de Gedeon Morris de Jonge no primeiro período de ocupação neerlandesa do Ceará (1637-1644) em função do destaque que Morris de Jonge (comandante desde 1640) conferiu à exploração das salinas de Upanema situadas nas proximidades do Rio Apodi, em território atualmente pertencente ao estado do Rio Grande do Norte¹⁶. Esta região teria um pouco a oeste do rio Jaguaribe, aquele reconhecido como o de maior destaque neste trecho, o seu limite mais ocidental.

Como região da Ibiapaba, referimo-nos à região cujo destaque estava, neste momento, centrado na serra que lhe confere o nome. Situada no que atualmente corresponde à fronteira entre os estados do Ceará e Piauí, a serra de Ibiapaba, caracterizava-se no século XVII por ser uma área de forte ocupação de índios da nação tabajara e que, além de ter sido um dos principais focos das ações desenvolvidas por Pero Coelho de Sousa na costa leste-oeste, destacou-se ao longo do século XVII, sobretudo, como um espaço de referência para a ação missionária junto ao importante contingente de grupos indígenas estabelecidos na região, sendo também uma importante base nas ações desenvolvidas pelos padres Francisco Pinto e Luis Figueira no final da primeira década do século XVII. Após a expulsão dos neerlandeses em 1654, retomou-se os interesses de catequese dos índios da serra, esforços estes levados a cabo novamente por padres da Companhia de Jesus. Situada próxima ao litoral, a serra da Ibiapaba tinha em Camocim, porto à margem esquerda do rio Coreáú, e na enseada de Jericoacoara, localidades situadas próximas à porção norte da serra, seus portos. Ao longo do século XVII, Jericoacoara e Camocim foram bases de fortificações de duração efêmera que, durante alguns poucos anos, além de garantirem a vigilância e proteção da costa, serviram também como pontos de apoio no caminho por terra a ligar os núcleos da costa norte-sul ao Maranhão e de base para o embarque, dentre outros gêneros, de madeiras extraídas da serra da Ibiapaba e de âmbar recolhido ao longo das praias da região, atividades que davam sequência a um comércio de escambo com os indígenas que se fazia com navegadores europeus que, desde o século XVI frequentavam esta costa.

A primeira dentre as fortificações levantadas na região trata-se do fortim de Nossa Senhora do Rosário, levantado em Jericoacoara em 1613 sob ordens de Jerônimo de Albuquerque, durante a 1ª Jornada no Maranhão. Este fortim serviu como um posto avançado no processo de conquista do Maranhão quando nele manteve-se uma guarnição no aguardo de notícias de Martim Soares Moreno (enviado ao Maranhão para averiguar a situação dos franceses na região) e de reforços oriundos do reino e de núcleos da costa norte-sul para as ações que seriam desenvolvidas posteriormente durante a 2ª jornada que daria sequência ao processo de expansão na costa leste-oeste rumo ao Maranhão, quando os franceses foram expulsos em 1615 da ilha de São Luís, que haviam ocupado alguns anos antes. Na região da Ibiapaba, também tiveram os neerlandeses uma pequena fortificação em Camocim durante a primeira ocupação neerlandesa da capitania do Ceará (1637-1644), fortim este cuja guarnição, assim como a do fortim de São Sebastião no rio Ceará (ocupado à época por soldados da Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesa), foi trucidada por ataques de indígenas que puseram fim ao primeiro período de ocupação neerlandesa no Ceará no ano de 1644.¹⁷

Com a expulsão definitiva dos neerlandeses em 1654, no mesmo ímpeto das ações de retomada da missão de catequese dos índios da Ibiapaba levada a cabo pelos jesuítas, o então governador do Maranhão, André Vidal de Negreiros, sugeriu a construção de uma fortificação em

Camocim. Segundo a consulta passada ao rei pelos membros do Conselho Ultramarino em julho de 1656, André Vidal de Negreiro informava que:

(...) o Capitão D.os de Sá Barbosa q' de proximo havia hido de Pern.co p.^a a Praça do Ceará e avisou que o Principal Algodão q junto a Ella assistia com a sua aldeia, se havia levantado com toda a gente dela e tenha vindo para a parte do Rio da Cruz a que os Indios chamão Camussi (...) [e que] (...) lhe pareceo fazer hu forte no mesmo Rio da Cruz onde já os OLANdezes tiveram outro por que com Elle não so se poderião os Portugueses reconciliar co' o dito Principal e com os mais daquele destrito livrando-se de suas hostilidades sogeitados e avassalados introduzindo nelles e nos do Certão a nossa S.ta fé Cathólica mas facilitasse o caminho para se poder hir da Cidade de São Luiz por terra a Pernambuco e socorrer com qualquer aperto a Praça do Ceará, senharear-se toda aqLa costa e terem os nossos navios melhor acolhida nos portos dela¹⁸

A proposta de André Vidal de Negreiros de construção do dito fortim reafirma nesta medida alguns dos principais interesses que durante o século XVII pautaram as ações portuguesas no trecho da Estrada Geral de Pernambuco a que denominamos como “Estrada Velha”; interesses que correspondiam basicamente à busca em garantir portos para a difícil navegação entre a costa norte-sul e a costa leste-oeste, mas, sobretudo, manter seguro o caminho que, por terra, que ligaria o Maranhão a Pernambuco passando pela “praça do Ceará”, ponto central da costa entre Natal e São Luís. Deve-se ressaltar que, a despeito de atualmente o termo “Ceará” corresponder a um topônimo aplicado a uma unidade política que geograficamente abarca grande parte das três regiões aqui destacadas, durante o século XVII, o dito termo referia-se a uma região bem restrita. Ao descrever a costa entre Natal e o Maranhão, em um relato produzido no ano de 1618, no qual defende a importância da manutenção da ocupação portuguesa na região do rio Ceará – onde alguns anos antes havia levantado o fortim de São Sebastião – Martim Soares Moreno declarava que:

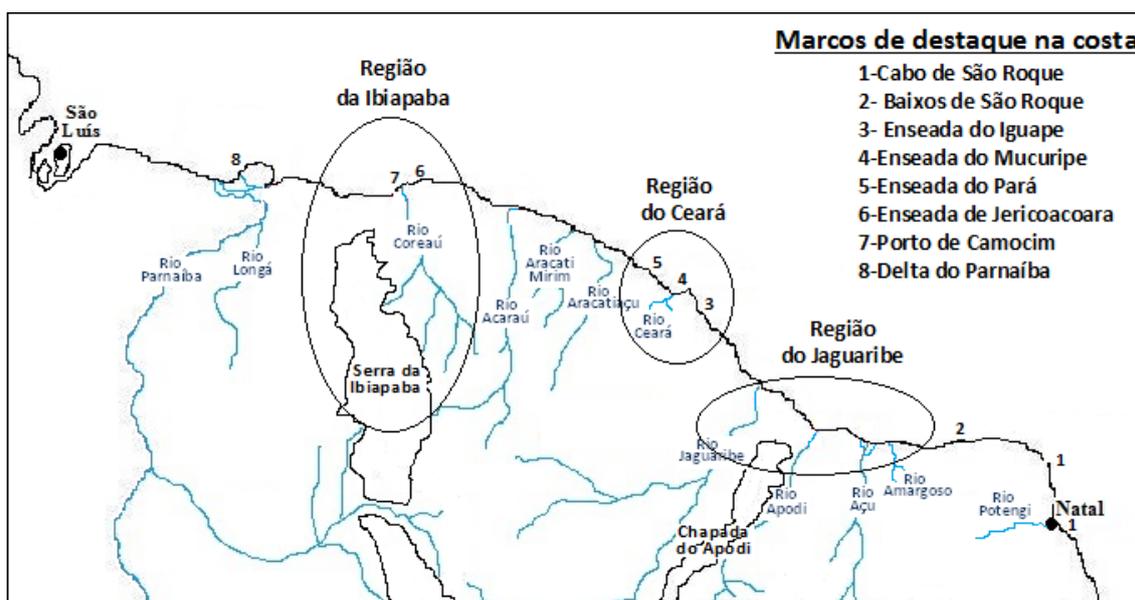
Este dito Seará é um Rio que entram nele embarcações de 30 a 40 toneladas (...) tem uma pequena fortaleza de madeira com 4 pedreiras [**fortim de São Sebastião**], está sobre o Rio, e tem junto de si um rio de água doce muito caudaloso, e bom, está dali a 2 léguas a barlavento uma grande enseada muito quieta para navios de 400 a 500 toneladas que era antigamente porto dos franceses chamada macoripé [**Mucuripe**] onde podem estar 4 peças de artilharia que não deixem ancorar ali navio ladrão nenhum. Dali a barlavento está outra enseada chamada Igoape [**Iguape**] que também era repouso de estrangeiros (...) a sotavento deste Seará há outra enseada chamada Pará [**atualmente Paracuru**] que tem um rio de água doce caudaloso [**rio Curú**], onde também se vão reformar os ladrões (MORENO, 1967, pp.184-185)

Com base na descrição feita por Soares Moreno, entende-se que, no século XVII, antes da conquista dos sertões, o termo Ceará, *stricto sensu*, referia-se a uma pequena região, essencialmente costeira, situada nas imediações do rio que lhe conferia o nome. Das três regiões destacadas, esta foi a de maior interesse nas ações de conquista no século XVII, pois – à exceção dos períodos entre o

abandono do fortim de São Tiago por Pero Coelho (1605) e a construção do fortim de São Sebastião por Martim Soares (1611-1612); e entre o extermínio da guarnição neerlandesa no forte São Sebastião (1644) e a construção por Matias Beck do forte Schoonenborch no alto de uma duna situada entre o rio Ceará e a enseada do Mucuripe (1649) – esta região, mesmo que de forma precária, foi permanentemente ocupada desde o início do século por guarnições das agências de conquista que atuaram na região, fossem elas portuguesas ou mesmo neerlandesas, sendo assim, o ponto central para ações desenvolvidas na costa nos dois sentidos, seja no trecho que pela região do Jaguaribe lhe conectava a Natal seja no trecho que pela região da Ibiapaba lhe conectava a São Luís.

Em uma costa repleta de baixios (que dificultavam a navegação) como a que se estende do cabo de São Roque até o Maranhão e com poucos portos naturais, as três regiões destacadas caracterizavam-se por possuírem alguns dos melhores portos deste trecho costeiro: a região do Jaguaribe cujo destaque do rio Jaguaribe para o abrigo de embarcações já era ressaltado por Gabriel Soares de Sousa no final do século XVI¹⁹; a região do rio Ceará que (conforme indicação de Martim Soares Moreno em citação supracitada) além do próprio rio (porto para embarcações pequenas) contava em suas proximidades com as enseadas do Iguape e Mucuripe (a leste) e a enseada do Pará (a oeste) onde barcos de maior calado podiam ancorar; e a região da Serra da Ibiapaba, situada próxima à enseada de Jericoacoara e ao porto de Camocim na margem esquerda do rio Coreaú. A conquista e manutenção do controle sobre estas regiões faziam-se assim necessárias para o controle dos ditos portos, pontos de arribada para os navios que fizessem a difícil navegação entre a costa norte-sul e o Maranhão.

Figura 02: Mapa das regiões de Jaguaribe Ceará e Ibiapaba



Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Para além de aspectos naturais destacados (como a presença de portos) que favoreciam e facilitavam o desenvolvimento e concentração das ações portuguesas nas regiões destacadas, deve-se ressaltar, contudo, que a importância destas três áreas ao longo deste processo encontra-se, também associada à especificidade dos povos nativos nelas estabelecidos à época em que se deram as investidas portuguesas na região nas duas primeiras décadas do século XVII; o que nos leva a entender que o processo de expansão para a costa leste-oeste rumo ao Maranhão, marcado pela concentração das ações a leste do Maranhão especialmente nas três regiões destacadas, se deu pautado não unicamente por aspectos de caráter propriamente geográfico, mas, sobretudo, de caráter social.

As regiões de Jaguaribe, Ibiapaba e Ceará: Bases de ocupação de povos tupis na costa leste-oeste.

Em estudo no qual desenvolvem uma análise dos espaços afro-indígenas em um mapa produzido à época da dominação neerlandesa sobre as capitanias do norte do Estado do Brasil, Bartira Barbosa e José Alonso percebem e discutem: “[...] detalhes sobre a participação de afro-indígenas nas estratégias políticas e militares e nas ações científicas voltadas ao controle territorial e suas comunicações”(BARBOSA; ALONSO, 2014, p. 210.). Nesta discussão, os autores chamam atenção para o fato de que:

Os mapas e os textos que se fizeram sobre estas relações interétnicas focavam principalmente as áreas coloniais conquistadas e seus contornos onde viviam populações nativas ainda em liberdade. Sobre esta periferia dos espaços coloniais, portugueses, castelhanos e holandeses, aproveitavam os saberes nativos recolhidos por informações orais e por imagens nas quais eram representados os espaços socioculturais e as toponímias de maneira própria e suscetível a serem compreendidas por europeus [...] Os detalhes das informações apontam para uma fundamental participação de indígenas, afro-indígenas, caboclos e afro-americanos como intérpretes, intermediários, colaboradores informantes locais e testemunhas oculares. (BARBOSA; ALONSO, 2014, pp. 209-210.)

Barbosa e Alonso consideram, assim, que:

Não contar com a existência de uma história territorial indígena e afro-indígena quando da colonização e continuar acreditando que todos participaram apenas como escravos e aldeados em missões no processo da formação colonial é apagar suas

raízes e estratégias de luta em defesa de seus territórios. (BARBOSA; ALONSO, 2014, p. 214.)

Se as informações passadas por figuras intermediárias como nativos, mestiços ou mesmo europeus ou filhos de europeus nascidos na colônia que fossem conhecedores de línguas e povos locais configurou-se como referência essencial para a percepção espacial e representação em mapas de espaços e territórios contíguos, mas não integrados de fato às zonas de efetiva colonização, estas mesmas informações e os agentes que as transmitiam devem ser percebidos como figuras de destaque na organização das ações de conquistas de novos territórios como foi o caso do processo de expansão das conquistas portuguesas para a costa leste-oeste no início do século XVII. É com este entendimento que acreditamos que as ações de expansão para a costa leste-oeste devam ser percebidas, pois, conforme destacamos, as ações desenvolvidas no início do século XVII até a concretização da conquista portuguesa do Maranhão em 1615, se deram com a participação de sujeitos dos mais variados perfis – desde portugueses nascidos na Europa ou na colônia, a índios, mestiços e até mesmo franceses que se associaram aos portugueses – o que nos leva a entender que esses agentes, sobretudo aqueles que não fossem brancos, deram suas contribuições não somente na execução das ações (seja como soldados, pilotos de embarcações ou como interpretes do idioma dos povos nativos), mas desempenharam um papel central na organização da estratégia de expansão territorial dos domínios portugueses para a região, como conhecedores do território, da distribuição dos povos nele estabelecidos, de seus costumes e em parte pelas relações de amizade e/ou parentesco que alguns dos agentes que atuaram neste processo tinham com grupos tupi estabelecidos na costa leste-oeste, grupos estes entre os quais se privilegiou a busca por contatos e amizade ao longo no processo de expansão aqui analisado.²⁰

Se a conquista do Rio Grande teve na celebração da paz com os índios potiguara (antigos aliados dos franceses) um marco de destaque não só para a conquista, mas também para a manutenção da ocupação portuguesa da região do baixo Potengi e proximidades, destaca-se que a aliança com alguns grupos nativos correspondeu – assim como nos diversos processos de conquista e estabelecimento de núcleos europeus na América entre os séculos XVI e XVII – a um aspecto de grande importância nas ações de expansão e manutenção das conquistas da costa leste-oeste durante grande parte do século XVII e nesse processo os índios potiguara e os tabajara estabelecidos ao longo da costa leste oeste, especialmente nos primeiros anos do século, desempenharam um importante papel.

Assim como grande parte dos grupos indígenas que ocupavam a costa norte-sul, os índios potiguara (que ocupavam parcelas do litoral da costa leste-oeste, sobretudo nas regiões do Ceará e do Jaguaribe) e os tabajaras (que ocupavam, sobretudo, a região da Ibiapaba) tratavam-se de grupos pertencentes à matriz tupi, uma das grandes divisões etno-linguísticas em que são classificados os

grupos nativos que ocupa(va)m o território que atualmente corresponde ao Brasil. Dentre as classificações de caráter etno-linguísticas em que estudiosos costumam dividir os povos nativos, os indígenas que habita(va)m o território brasileiro costumam ser divididos em 4 grandes troncos etno-linguísticos; sobre essa divisão, Ruth Maria Fonini Monserrat indica que: “Quatro são os grupos maiores de línguas no Brasil, com distribuição geográfica extensa e com vários membros: Tupi, Macró Jê, Aruak e Karib.”(MONSERRAT, 1994, p.95.) Segundo Maria Regina Celestino de Almeida: “No século XVI, os tupis predominavam ao longo da costa brasileira e na bacia do Paraná-Paraguai. Estabeleceram contato mais estreito com os portugueses e foram mais bem conhecidos e descritos por eles” (ALMEIDA,2010, p.31.)

A distribuição espacial dos povos nativos no território durante o século XVI fez, assim, com que os povos pertencentes à matriz tupi, que ocupavam grande parte do litoral da costa norte-sul, fossem os primeiros dentre os quatro grandes grupos indígenas a travar contatos mais estreitos (fossem estes de alianças ou mesmo de conflitos) com os conquistadores europeus que durante o primeiro século da conquista estabeleceram-se preferencialmente em parcelas do litoral da costa norte-sul. As informações passadas por Gabriel Soares de Sousa dão conta de que, na época de início da colonização portuguesa na primeira metade do século XVI, o litoral que seguia da baía de Todos os Santos rumo ao norte tinha seu território dividido a partir da predominância de ocupação de três sub-grupos pertencentes à matriz tupi, sendo eles: 1) os Tupinambá, que seriam os senhores de grande parte do litoral que se estende da baía de Todos os Santos à margem direita do rio São Francisco; 2) os Caeté, grupo que Soares de Sousa indica que a época da conquista dominaria o litoral que se estendia da margem esquerda do São Francisco até a margem direita do rio Paraíba e; 3) os Potiguara cujos limites de ocupação no litoral, à época do início da colonização, se estenderiam da margem esquerda do rio Paraíba até o rio Jaguaribe, este rio já situado na costa leste-oeste²¹.

Ao descrever estes três grandes sub-grupos, Gabriel Soares de Sousa, mais do que destacar os conflitos e inimizades que os dividiam, destaca suas similaridades, ressaltando costumes comuns entre eles, indicativos de seu pertencimento a uma mesma matriz etno-linguística, na medida em que, ao falar dos potiguara, destacava que: “Falam a língua dos tupinambás e caetés; têm os mesmos costumes e gentilidades”(SOUSA, 2000, p.17.), já sobre os Caeté ressalta que: “Este gentio é da mesma cor baça, e tem a vida e costumes dos potiguares e a mesma língua, que é em tudo como a dos tupinambás” ” (SOUSA, 2000, p.24.)

As profundas similaridades linguísticas e culturais que assemelhavam os vários grupos em que se subdividiam os povos tupi, associadas à disposição espacial destes povos no território (ocupando a maior parte das áreas em que se deram as primeiras ações de ocupação portuguesas América), favoreceram assim ao maior conhecimento e aprofundamento das relações dos

portugueses com os povos nativos pertencentes a esta matriz etno-linguística em detrimento dos grupos pertencentes às três outras grandes matrizes durante o primeiro século da conquista, ao ponto de os povos tupi terem se constituído como importantes referências na forma como os conquistadores europeus recém chegados à América moldaram suas percepções acerca do novo território e dos diversos grupos e subgrupos em que se subdividiam os povos nativos do continente. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida essa maior proximidade dos colonizadores com povos da matriz tupi, no primeiro século da conquista, teria feito com que a imensa diversidade de grupos étnicos tenha sido reduzida:

[...] grosso modo, na descrição de cronistas e missionários, ao famoso binômio, tupi-tapuia. A palavra “tapuia” na língua tupi quer dizer “bárbaro” e foi utilizada por este grupo para designar todas as nações estrangeiras. A prática foi adotada também pelos portugueses, que usavam o termo para designar todos os grupos não tupis e apresentados a partir de características extremamente negativas: eram bárbaros e selvagens, ocupavam os sertões e falavam uma língua estranha e incompreensível. Foram também frequentemente chamados povos da língua travada. (ALMEIDA,2010, p.32)

A relação dos portugueses com grupos nativos, essencial para o estabelecimento e consolidação das conquistas nos primeiros séculos, seja para a busca de aliados para o estabelecimento e reconhecimento do território diante da ameaça de conflitos com grupos nativos hostis, ou ainda o seu emprego como força de trabalho na economia extrativa, na grande lavoura e na lavoura e demais atividades de subsistência, se deu assim, no primeiro século da conquista, sobretudo, com grupos pertencentes à matriz tupi; mas, se entre os povos tupi estiveram os principais aliados nesta primeira fase, entre eles estavam também os principais inimigos locais como foram os casos de grupos de índios caeté nas primeiras décadas de estabelecimento português no litoral de Pernambuco e de grupos de índios potiguara no último quartel do século XVI, quando passaram a ameaçar a manutenção da conquista na capitania de Itamaracá e a gerar grandes danos na porção norte de Pernambuco o que deu início ao processo de expansão das conquistas portuguesas para a Paraíba e Rio Grande, que configuram-se como a primeira fase do processo de expansão que nas duas primeiras décadas do século XVII, se voltaria para a conquista da costa leste-oeste, onde os conquistadores portugueses encontrariam uma realidade distinta no que se refere à configuração dos povos nativos que habitavam o litoral.

Sobre a presença de grupos tupi na costa leste-oeste cabe dizer que, diferente das zonas litorâneas da costa norte-sul, tratavam-se, no território correspondente ao trecho da Estrada Velha, de uma minoria tupi (formada basicamente por grupos de índios das nações potiguara e tabajara) em meio a povos ditos “tapuias” – sobretudo os índios tremembé, tidos como hostis, que ocupavam especialmente a zona costeira situada a oeste da região do Ceará com maior ênfase nas zonas do delta do Parnaíba e suas proximidade – e que a presença dos grupos potiguara e tabajara na região era

bastante recente. Sobre estas duas nações tupi que ocupavam trechos na costa leste-oeste, Boogaart e Parker indicam que:

Com a Conquista de Pernambuco pelos portugueses, entre 1560 e 1580, dez mil tobajaras, um grupo tupi, foram obrigados a migrar (...) Alguns deles assentaram na Ilha do Maranhão onde, em 1613-1614, contaram aos missionários franceses sobre suas experiências. Outros grupos tupis escolheram a Serra de Ibiapaba. Ambas as áreas eram ricas em florestas e lhes teriam permitido continuar o modo de vida ao qual estavam acostumados, combinando horticultura com caça e coleta. A partir de 1587, a conquista portuguesa da Paraíba e do Rio Grande gerou uma segunda onda de migração tupi. Os potiguares assentaram nas terras áridas ao longo da costa do Ceará, o que provavelmente, forçou-os a simplificar sua horticultura e gastar mais tempo caçando e coletando, tornando-se neste aspecto mais semelhantes aos tapuias. (BOOGAART ; PARKER 1994, p.33)

Ressalta-se assim que, precedendo em alguns anos à expansão portuguesa sobre a costa leste-oeste, ocorreu um processo similar protagonizado por povos tupi das nações tabajara e potiguara que, em contextos diversos, deslocaram-se das porções setentrionais da costa norte-sul rumo à costa leste-oeste, em razão das ondas de expansão portuguesas nas regiões por eles ocupadas na costa norte-sul até segunda metade do século XVI. As zonas em que se concentraram as ações portuguesas, na região da Estrada Velha, identificadas como as regiões de Jaguaribe, Ceará e Ibiapaba, para além de serem áreas nas quais haviam fatores favoráveis à ocupação portuguesa – especialmente no que se refere à existência de alguns dos melhores ancoradouros em uma costa de difícil navegação e com poucos portos naturais – caracterizavam-se também por serem as três regiões ao longo do vasto trecho da costa leste-oeste situado a leste do Maranhão em que se concentraram as populações tupi que, conforme já destacamos, correspondiam a uma minoria em uma área predominantemente ocupada por povos ditos tapuias. Pois se a região da Ibiapaba configurava-se como uma zona com forte presença de grupos tabajara, a região do Ceará como um todo e parcela da região do Jaguaribe, (especialmente a porção baixa do rio Jaguaribe e suas proximidades), correspondiam às principais zonas em que se distribuíam de forma dispersa grupos potiguara que, conforme fontes do período, ao menos em parte, é possível de serem identificados como grupos que migraram da região do rio Potengi durante os conflitos que resultaram na conquista do Rio Grande pelos portugueses no final do século XVI; este é o caso, por exemplo dos grupos potiguara com os quais o navegador neerlandês Jan Bautiste Syens travou contato na enseada do Mucuripe, onde aportou em 1600, um ano depois da conquista do Rio Grande pelos portugueses e poucos anos antes do início das investidas portuguesas na costa leste-oeste iniciadas com as ações de Pero Coelho em 1603.

Conforme informações passadas a Syen por Caçone, um europeu (provavelmente francês) que vivia em meio àqueles índios, o grupo teria se estabelecido na região havia pouco tempo e seria originário da região do rio Potengi, tendo migrado para a região nas proximidades do rio Ceará, em decorrência das guerras e conquista portuguesa do Rio Grande. O caso em questão (bem como alguns

outros referenciais) nos levam a identificar que o próprio estabelecimento da diáspora tupi nestes três trechos específicos da costa leste-oeste, muito provavelmente esteja associado, ao menos em parte, ao fato de serem estes pontos alguns dos melhores ancoradouros da região, o que favoreceria a manutenção de contatos prévios com outros povos europeus (como é o caso de franceses), com os quais alguns grupos potiguara (e também os tabajara da serra) mantinham contatos antes das migrações de suas áreas de ocupação prévia na costa norte-sul e de seus estabelecimentos em trechos da costa leste oeste²².

*

Pensar o traçado da Estrada Velha – que foi esboçado ao longo das três ações desenvolvidas até a consecução da conquista do Maranhão aos franceses²³ – a partir da relação estabelecida entre as frentes de expansão portuguesas (formadas em grande parte por agentes oriundos de núcleos da costa norte-sul e compostas não somente por portugueses reinóis e nascidos na colônia, mas também por mestiços e indígenas que em sua grande maioria eram também povos tupi pertencentes, sobretudo, à nação potiguara) e a distribuição dos povos nativos na região, nos leva a entender que este processo de expansão foi pensado a partir de uma estratégia que visava lastrear a conquista do Maranhão, a partir da busca pelo contato prévio com povos pertencentes à diáspora tupi que se estabeleceu na costa leste-oeste ao longo da segunda metade do XVI, o que se torna mais claro, sobretudo se levarmos em consideração que o traçado por terra da Estrada Velha, se em grande medida era feito entre Natal e a região do Ceará basicamente margeando o litoral, passando, portanto, por trechos ocupados predominante por grupos potiguara estabelecidos sobretudo no litoral entre os rios Jaguaribe e Curú, tendia a afastar-se um pouco da costa no trecho entre a região do Ceará e o Maranhão, sobretudo entre a Ibiapaba e o Maranhão, fugindo assim à lógica comum de expansão portuguesa ao longo do primeiro século de colonização que, conforme Frei Vicente do Salvador, pautava-se por ir: “[...] arranhando ao longo do mar como caranguejos”(SALVADOR, 2010, p.70).

O afastamento que se processava do litoral neste trecho, fica claro, sobretudo, no relato da missão dos padres Francisco Pinto e Luis Figueira cujo trajeto feito entre os rio Jaguaribe (onde desembarcaram na viagem de ida) e Curu, se deu essencialmente pelo litoral, onde encontraram grupos tupis ao longo do percurso e, a partir do rio Curu, seguiram rumo à Ibiapaba, internando-se um pouco no território, muito provavelmente visando fugir da ameaça de outros grupos indígenas estabelecidos no litoral do trecho que os separava da serra da Ibiapaba para onde destinavam-se, serra esta que correspondia a uma região predominantemente ocupada por grupos tabajaras com os quais

tencionavam travar contato e missionar após as conflituosas ações desenvolvidas anos antes na região por Pero Coelho de Sousa.²⁴

Na medida em que busca pela aliança com povos nativos já conhecidos, com os quais o trato (até mesmo em termos linguísticos), tendia a ser facilitado – e se levamos em consideração a existência de contatos e relações prévias entre grupos tupis que habitavam a costa norte-sul com os grupos que se estabeleceram na costa leste-oeste – entendemos que o trato com os grupos tupi da região tenderia a ser facilitado, mesmo que isso não viesse a se constituir como uma certeza de concretização de aliança e nem mesmo se configurasse como um impeditivo ao trato com outros grupos. Associando estas considerações à disposição dos povos tupis na costa leste-oeste e às regiões que se configuraram como áreas-foco das ações desenvolvidas pelas frentes de expansão portuguesas na região no início do século XVII, somos assim levados a perceber que o avanço das conquistas rumo ao Maranhão se buscou desenvolver, preferencialmente, a partir de um contato prévio, com os grupos tupi estabelecidos na costa leste-oeste, visando, sobretudo, garantir frentes de ocupação e avanço da conquista sobre o vasto território que separava o Maranhão dos núcleos de ocupação portuguesas da costa norte-sul de onde não somente organizaram-se e partiram as ações de expansão, mas que também configuravam-se como as antigas bases de ocupação dos grupos tupi que se deslocaram para a costa leste-oeste a partir de meados do século XVI

. Entende-se assim que o processo de conquista da costa leste-oeste no início do século XVII que, tinha como um de seus principais objetivos a conquista no Maranhão, corresponde, não somente no tempo e no espaço (mas também em termos sociais) a um prolongamento dos conflitos a partir dos quais se deram as conquistas da Paraíba e do Rio Grande nas últimas décadas do século XVI, conflitos estes marcados, entre outros aspectos, pela ameaça que a ação de agentes franceses associados a grupos de índios potiguara passou a representar à manutenção das conquistas portuguesas em Itamacá e Pernambuco, que no final do século XVI, correspondia em seu conjunto à principal região em meio ao conjunto de enclaves territoriais dispersos que àquela época formavam a América portuguesa.

Referencias

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil o Atlântico Sul**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BARBOSA, Bartira Ferraz.; ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. Espaços Afro-indígenas no mapa Brasília qua parte paret Belgis. In: Antonio Gilberto Ramos Nogueira e Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. (Org.). **História e Historiografia: Perspectivas e Abordagens**. 01ed.Recife: Editora da UFPE, 2014, v. 01

BECK, Matias. Diário de Matias Beck. In: **Três Documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967, pp.219-286.

BOOGAART, Ernest van den e PARKER, Rebecca Brienen. **Informações do Ceará de Georg Marcgraf** (junho-agosto de 1639). Rio de Janeiro: Index, 1994.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas Indígenas no Brasil Contemporâneo. In: Luis Donisete Benzi Grupioni. (Org.). **Índios no Brasil**. 2ed.Brasília: Ministério da Educação de do Desporto, pp.93-104, 1994.

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão: Por Ordem de Sua Magestade feita no ano de 1614**, São Paulo: Siciliano, 2001.

MORENO, Martim Soares. Relação do Ceará. In: **Três Documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967, pp.159-202.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Recife:FJN, Ed. Massangana, 2000.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de Comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t.51, pp. 15-47, 1937.

VIEIRA, Padre Antônio. Relação da missão da Serra de Ibiapaba. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t.18, pp. 86-138, 1904.

¹ A pesquisa da qual resultou este artigo é financiada pela Capes a quem agradeço o auxílio.

² Denominamos como “forças luso-brasílicas” o conjunto de sujeitos que compunham as frentes de expansão dos domínios portugueses na América no século XVII, como forma de ressaltar a pluralidade de perfil dos agentes que atuaram de forma direta nestas ações de expansão dos domínios portugueses para os territórios situados ao norte da capitania de Itamaracá, na medida em que, além de reinóis recém chegados, ou já estabelecidos há algum tempo na colônia, estas forças contavam com colonos nascidos na América, fossem esses filhos de pais portugueses, ou mesmo mestiços, e, sobretudo, um expressivo contingente de indígenas aliados, em grande medida composto por grupos pertencentes à matriz tupi (acerca da qual falaremos de forma mais específica na sequência do artigo), que desempenharam um importante papel nestas frentes de expansão, seja pelo peso numérico na composição das forças, seja pelo conhecimento da região e dos povos nativos que habitavam os territórios para os quais as forças de expansão portuguesas pretendiam avançar.

³ Acerca da Estrada Geral de Pernambuco, cabe ainda destacar que para além de seu prolongamento ao norte de Olinda – sobre o qual nos ocuparemos neste artigo, especialmente no que se refere ao trecho que se estendia ao longo da costa leste-oeste – esta mesma estrada, também se prolongava rumo ao sul, em um processo de expansão similar, desenvolvido ao longo das últimas décadas do século XVI que, margendo o litoral, objetivava o estabelecimento de uma conexão por terra entre Pernambuco e a Bahia, de onde também partia um processo de expansão similar, no caso baiano rumo ao norte. É em meio ao processo de expansão baiana que, por

exemplo, foi fundada a cidade de São Cristovão, sede de Sergipe d'el Rey que, ao longo do período colonial, orbitou sob a influência baiana, fosse como capitania, fosse como comarca.

⁴Ao discutir o processo de interiorização das conquistas por meio da expansão da pecuária sobre os chamados “Sertões do Norte”, a maior e mais antiga zona de pecuária extensiva da colônia, constituída a partir de meados do século XVII, Capistrano de Abreu divide as frentes de interiorização que conquistaram a região a partir das duas grandes regiões de referências de onde partiram estas frentes e com as quais se vinculavam fortemente as novas zonas de criatório: o litoral açucareiro de Pernambuco e capitânicas vizinhas e a região do recôncavo baiano. Tendo como referência as lógicas de interiorização destes dois grandes processos (que cabe destacar foram formados cada um por várias frentes) Capistrano de Abreu denominou como “sertões de dentro” as zonas de pecuária constituída a partir das frentes de expansão orientadas a partir dos interesses baianos e como “sertões de fora” a zona de pecuária formada a partir das frentes de expansão orientadas por Pernambuco e capitânicas vizinhas. Ver: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

⁵A historiografia sobre a conquista dos sertões denomina como “Guerra dos Bárbaros” o conjunto de conflitos ocorridos entre as frentes de expansão das fronteiras da pecuária no vasto território situado entre os vales dos rios São Francisco e o rio Parnaíba e os povos nativos que habitavam a região. Conflitos estes que ocorreram em maior intensidade entre a segunda metade do século XVII e as primeiras décadas do século XVIII. Entre outros trabalhos que discutem estes conflitos, ver: PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros; resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: Fundarpe, 1990. ; PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

⁶Para efeito de especificação, o dito trecho da Estrada Geral de Pernambuco (entre Natal e São Luís) que se configura como o trecho sobre o qual concentraremos nossa discussão, será denominado como “Estrada Velha” tal como a Estrada Geral de Pernambuco passou a ser posteriormente denominada no Ceará, capitania que teve na dita estrada uma referência de destaque em seu processo de formação, na medida em que a região no entorno do rio Ceará – situada em um ponto que guardava uma relativa equidistância entre Natal e São Luís – configurou-se como um único ponto desta costa que conseguiu manter uma base de ação de colonos europeus (tanto portugueses quanto neerlandeses) ao longo de quase todo o século XVII. Apesar da pouca expressividade populacional e econômica que as bases de ocupação européias na região do Ceará possuíam ao longo do século XVII, sua manutenção justificava-se basicamente pelo fato de constituir-se como uma base de apoio para aqueles que, por terra, por mar (ou conjugando ambas formas de trânsito), faziam o trajeto entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil.

⁷Fortim fundado por Martins Soares Moreno no início de 1612 na margem direita do rio Ceará durante as ações de Moreno na região (iniciadas em 1611) que, visavam o reestabelecimento de bases de ocupação portuguesas na mesma área onde, anos antes, Pero Coelho de Sousa fundara uma outra fortificação (o fortim de São Tiago) que se arruinara após ser abandonado.

⁸Sobre o traçado indicado na Figura 01 que leva em consideração as ações desenvolvidas ao longo das frentes de expansão portuguesa que se desenvolveram na região no início do século XVII, cabe ressaltar que corresponde a um esboço que mais do que indicar o percurso correspondente a Estrada Velha (que entendemos não era necessariamente fixo) expressa antes de tudo alguns dos principais pontos por ela conectados em meio às ações desenvolvidas por europeus na região ao longo do século XVII. Para isso, levamos em consideração no apontamento do dito traçado, os trechos em que a conexão entre os pontos se fizeram, preferencialmente, margeando o litoral, (sobretudo entre Natal e a região do Ceará) e naqueles em que o percurso por terra se fez com uma certa interiorização (o que se dava entre as regiões do Ceará e Ibiapaba, mas, sobretudo, entre a Ibiapaba e São Luís) o trecho mais irregular deste percurso especialmente nos primeiros anos da conquista. Além disso, destacamos também que, não raro, ao percurso por terra na Estrada Velha, muitas vezes conjugava-se, de forma parcial, e por motivações variadas a navegação de cabotagem entre alguns trechos de seu percurso.

⁹Cabe ressaltar que antes das ações desenvolvidas no início do século XVII na costa-leste oeste, partidas de forças organizadas em grande medida pela mobilização de agentes sediados na própria colônia, já haviam tido tentativas de conquista desta região no século XVI. Dentre outros casos, destaca-se aqui à malfadada expedição enviada do reino pelo donatário João de Barros, no ano de 1539, cujos barcos naufragaram nos baixos do Maranhão sem lograr o êxito buscado. Sobre o caso ver menção em: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: FJN, Ed. Massagana, 2000. p.13-14.

¹⁰Em nota de comentário ao relato de Padre Luís Figueira, Thomás Pompeu Sobrinho, indica que o termo “Jaguarigoara” faria referência a índios de matriz tupi que viviam nas imediações do rio Jaguaribe. Nesta medida, ao referir-se a índios jaguariguara, muito provavelmente o Padre Figueira se referisse aos índios potiguara que, no início do século XVII habitavam parcelas deste trecho do litoral. Ver: FIGUEIRA Luís. *Relação do Maranhão*. In: *Três Documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967,p76-113.

¹¹ As referências às ações de Pero Coelho e dos Padres Francisco Pinto e Luís Figueira tiveram como base as informações contidas em: MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*. op. cit.; FIGUEIRA Luís. Relação do Maranhão. In: *Três Documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967, p.76-113.; STUDART, Barão de. *Datas e Factos para a história do Ceará*. Edição Fac-sim., Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. ; BARRETO, Coronel Aníbal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1958.

¹² Na região do Jaguaribe, Pero Coelho construiu uma fortificação e os padres desembarcaram em sua chegada à costa leste-oeste. Na região do Ceará Pero Coelho também construiu um fortim e além de ter sido uma importante área em que os Padres travaram contatos com grupos indígenas locais, foi de onde o Padre Francisco Pinto embarcou em seu retorno a Natal após a morte do Padre Luís Figueira. Na região da Ibiapaba, Pero Coelho combateu e aprisionou franceses e indígenas da serra que se configurava como área de missão preferencial na ação dos Padres Jesuítas.

¹³ Na medida em que nosso objetivo é o de discutir as regiões de destaque nas ações da conquista da costa leste-oeste situadas no caminho intermédio entre Natal e São Luís, não discutiremos aqui, as ações das frentes de expansão luso-brasílicas que ocorreram propriamente na área da ilha de São Luís e zonas circunvizinhas que corresponde à região em que se concentram as ações portuguesas nos primeiros momentos da expansão para a costa leste-oeste que se situa imediatamente à oeste da Ibiapaba.

¹⁴ O termo “Mel Redondo”, adotado por Martim Soares, faz referência à “Irapoã”, um dos líderes tabajara da serra da Ibiapaba cujo nome em tupi significa “Mel Redondo” em português; nesta medida, ao referir-se a “província de Mel Redondo”, entende-se que Soares Moreno se refere à região da serra da Ibiapaba que, conforme já indicamos, foi palco de combate das forças e Pero Coelho contra os índios tabajara e alguns franceses a eles aliados.

¹⁵ Os dados referentes a esta Sesmaria encontra-se disponível na Plataforma SILB, tendo como referência de identificação na plataforma: “RN_0201” Ver: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/RN%200201> Consultado em 26/10/2018.

¹⁶ Sobre as ações na região do Jaguaribe no século XVII Ver: BARRETO, Coronel Aníbal. *Fortificações do Brasil*. op. cit.; PEREIRA, José Higinio Duarte. Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LVIII, p. 237-319, 1895. ; KROMMEN, Rita. *Mathias Beck e a Cia. das Índias Ocidentais*. Fortaleza: UFC, 1994.

¹⁷ Sobre a região da Ibiapaba ver: VIEIRA, Padre Antônio. Relação da missão da Serra de Ibiapaba. op. cit.; BARRETO, Coronel Aníbal. *Fortificações do Brasil*. op. cit.; PEREIRA, José Higinio Duarte. Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge no tempo do domínio holandês no Brasil. op. cit.

¹⁸ AHU_CU_009, Cx. 4, D. 386 [1656, Julho, 8, Lisboa] CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a solicitação feita pelo governador do Maranhão, André Vidal de Negreiros, para criar um forte junto ao rio da Cruz.

¹⁹ Ao referir-se ao rio Jaguaribe como um bom abrigo para embarcações que navegavam por esta costa, Gabriel Soares de Sousa dizia que “*neste rio entram navios de honesto porte*” SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2000. p.10.

²⁰ Sobre o peso do relacionamento com grupos de nativos como elemento essencial para a manutenção da conquista na região do Ceará no século XVII, especialmente à época de dominação neerlandesa na dita região, ver: MARTINS, Guilherme Saraiva. *Entre o Forte e a Aldeia: estratégias de contato, negociação e conflito entre europeus e indígenas no Ceará holandês (1630-1654)*. 2010, Fortaleza. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

²¹ Sobre os limites aqui indicados é necessário dizer que correspondem ao que é apresentado por Gabriel Soares de Sousa em sua obra escrita no final do século XVI. Limites estes que, contudo, são por nós entendido mais como referenciais de distribuição espacial destes grupos do que como limites fixos, especialmente se levarmos em consideração o caráter semi-nômade destes grupos e especialmente os impactos e deslocamentos populacionais gerados a partir do início e das sucessivas ondas de expansão dos núcleos de colonização portugueses e da ação de outros povos europeus na região (especialmente franceses) a partir do início do século XVI.

²² Sobre o relato de Jan Bautiste Syen ver: GERRITZ, Hessel. *Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil*. Manuscrit de Hessel Gerritsz traduit pour la Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro par E. J. Bondam. Annaes Da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol. XXIX, p. 97-179, 1907.

²³ As ações de Pero Coelho de Sousa (1603-1605), dos Padres Jesuítas Francisco Pinto e Luis Figueira (1607-1608) e da Jornada no Maranhão (1611-1615), na qual incluímos as ações de Martim Soares Moreno, caracterizada por seu estabelecimento na região do Ceará e construção do Fortim de São Sebastião (1611-1612)

que precederam à Jornada do Maranhão de fato (1613-1615), concluída com a expulsão dos franceses do Maranhão.

²⁴ Sobre a trajetória dos padres Francisco Pinto e Luis Figueira ver: Relação do Maranhão. In: *Três Documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967, p76-113.